

COERÇÃO E VIOLÊNCIA NA CONSCRIÇÃO DE MÃO DE OBRA PELA ALEMANHA EM CAMARÕES, 1880s-1914

Henry Kam Kah¹
Emmanuel E. Kengo²



Introdução

Camarões é oficialmente bilíngue, com inglês e francês sendo usados na administração pública e nos negócios. É um Estado multiétnico e multilíngue, composto por mais de 250 políticas étnicas que o tornam apropriadamente descrito como “um balbúcio de línguas”. A sua localização abrange as sub-regiões da África Central e Ocidental. As zonas ecológicas do país incluem o Sahel, a Savana e a floresta. Com isso, o país foi apelidado de “África em miniatura” (Fanso 2017, 9). O país tem uma tríplice herança colonial. Foi anexado pela primeira vez em julho de 1884 pela Alemanha. Após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, o país, como outras colônias alemãs, foi tomado da Alemanha e, eventualmente, dividido em duas metades desiguais pela Grã-Bretanha e pela França após o fracasso da coabitação. As bases econômicas do território durante o período colonial foram definidas pelos alemães. O trabalho desempenhou um papel de ponta neste empreendimento econômico alemão em Camarões. O trabalho forçado e seu tratamento no país e em outras colônias alemãs era bárbaro e desumanizante, para dizer o mínimo. O presente artigo discute esse mau tratamento trabalhista e as consequências para a população e para a redefinição da política trabalhista alemã no território.

¹ Departamento de História e Civilizações Africanas, Universidade de Buea. Buea, Camarões. E-mail: henry.kah@ubuea.cm.

² Departamento de História e Civilizações Africanas, Universidade de Buea. Buea, Camarões. E-mail: emmakengo@yahoo.com.

A Alemanha tinha essencialmente uma agenda tripla em suas possessões coloniais africanas de Tanganica, Camarões Alemães, Togolândia e Sudoeste Africano Alemão (Cana 1915, 356-357). Uma delas era criar uma verdadeira colônia na África do Sul, onde controlaria o máximo possível daquela região. Isto deveu-se à adequação da região para o assentamento permanente de brancos. A segunda razão para o interesse alemão em estabelecer colônias permanentes na África foi motivada pela descoberta, ou similar, de H. M. Stanley do curso do rio Congo. Tal descoberta levou a Alemanha a aumentar seu interesse na aquisição de colônias de *plantation* na África equatorial. O Estado também queria saídas para o comércio e portos e estações de carvão para a marinha alemã e a marinha mercante. Seu terceiro objetivo colonial na África era obter uma base estratégica na costa atlântica do Marrocos. Tal base permitiria que a Alemanha se tornasse uma ameaça às rotas marítimas para a América do Sul, África Ocidental e África do Sul, para seu próprio benefício.

Havia também um consenso geral na filosofia colonial alemã de que os latifúndios e os colonos alemães deveriam fazer uso do trabalho africano como esteio da produção colonial antes de 1905. Na África Oriental, por exemplo, as autoridades coloniais alemãs exigiam dos grupos étnicos mão de obra gratuita e tributo mensal em marfim, gado ou alimentos. Essas demandas tinham como objetivo apoiar a construção de fortificações militares para servir de bases de exploração. Os Wasukuma de Usukuma, por exemplo, ignoraram isso e atacaram o governo alemão e as caravanas de missionários que atravessavam seu território e confiscavam propriedades. A resposta alemã contra eles foi implacável (Itandala 1992, 9; Stearns 2008, 134). Foi após a revolta Maji Maji de 1905-1907 na África Oriental Alemã que os formuladores de políticas se afastaram do uso direto da força para obter trabalhadores. Essa revolta foi a primeira oposição unida interétnica ao brutal domínio colonial, resultado de uma política de trabalho forçado nas plantações de algodão (Sunseri 2003, 430). O maior desafio alemão era como a população escassamente povoada seria usada para a produção de algodão, sisal, café, borracha e também para a alimentação de várias famílias (Sunseri 2001, 46).

A política colonial alemã na Togolândia era diversa e incluía a imposição governamental de trabalho compulsório, punições severas, imposição de diversos impostos diretos e restrição ao envolvimento do povo no comércio. Os oficiais coloniais alemães infringiram o direito do povo à terra. A alienação da terra foi perseguida como uma forma de punição para os togoleses (Amenumey 1969, 67). Grupos indígenas se ressentiam da *corvée* alemã em Togolândia. Uma forma efetiva de resistência era a mudança da população com suas famílias para partes remotas da colônia, onde ficariam livres das imposições. Um grande número de pessoas também migraram para o território britânico adja-

cente da Costa do Ouro. Assim, a dificuldade de obtenção de mão de obra por funcionários coloniais alemães para diferentes grupos econômicos aumentou. O fardo para aqueles que ficaram para trás tornou-se pesado e insuportável (Gray 1919, 29). Os problemas dos togoleses aumentaram ao longo dos anos, porque as autoridades coloniais dependiam de seu trabalho, de impostos excessivos e arbitrários para construir ferrovias, estradas e o sistema de telégrafo em suas terras (Laumann 2003, 196). Este foi um alto preço pago por se estar sob suserania alemã. Enquanto aqueles que não suportaram fugiram para enclaves rurais, outros cruzaram a fronteira para o território britânico, frustrando assim os interesses econômicos alemães.

A política trabalhista alemã em Camarões e na África Oriental foi particularmente única em todas as suas colônias africanas. O recrutamento de mão de obra para os latifúndios era geralmente feito por meio de coerção (Nana 2016, 173). Essa atitude alemã em relação ao trabalho foi capturada em fotos que mostram prisioneiros sendo enforcados ou cenas de trabalho forçado representando a vida da população indígena como se fosse natural que eles fossem tratados com força bruta (Kössler e Melber 2004, 23). Além de serem recrutados à força, a produção indígena das culturas cultivadas era desencorajada. Camarões era tão peculiar que ficou conhecido como “A Terra dos Vinte e Cinco”. Isto foi devido ao número regular de golpes que foram infligidos ao trabalho, incluindo um chicote pesado para pequenas transgressões (Charteris 1937, 21). Os alemães queriam desenvolver os recursos de Camarões baseados essencialmente em sua cultura de trabalho. Eles precisavam de mão de obra a todo custo, incluindo o uso da força e a subordinação do trabalho à ética trabalhista europeia (Rudin 1938, 318). Esse uso da violência será conceituado para melhor compreensão.

Conceituando a Violência

A violência tem sido teoricamente debatida há muito tempo. Na longa tradição do pensamento ocidental, a explicação da violência tem uma base ideológica. Embora onipresente, a violência é muitas vezes qualificada como uma anomalia problemática. Também foi descrita como “um modo de ação não-racional e descontrolado que significa uma regressão a um estado selvagem da natureza” (Abbink 1998, 271-272, tradução nossa)³. Malesevic descreveu a violência como uma relação social entre dois ou mais organismos vivos que não é fixa, mas historicamente gerada, estruturada e ideolo-

³ No original: “a non-rational uncontrolled mode of action signifying a regression to a wild state of nature” (Abbink 1998, 271-272).

gicamente enquadrada (Malesevic 2015, 2). De sua parte, Dewey afirma que a violência é o uso intencional da força para ferir ou matar (Dewey 2016). Galtung ainda opina que a violência é “a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é” (Galtung 1969, 168, tradução nossa)⁴. Essas conceituações de violência mostram que existem divergências em seu significado contextual, mas também um ponto de convergência. Para que a violência se produza, ela deve ocorrer entre duas ou mais pessoas e fazer com que se comportem sem racionalizar sua ação.

Durante a conscrição de mão de obra em Camarões, os alemães usaram coerção e violência para diversos interesses econômicos. A violência excessiva foi usada para recrutar mão de obra do interior de Camarões para os latifúndios ao longo da costa. A competição por mão de obra escassa entre comerciantes e fazendeiros, outros operadores econômicos e serviços governamentais acabou levando a uma revisão da política após 1906 e à regulamentação governamental dessa atividade para evitar a desordem. A conscrição de mão de obra antes da regulamentação do governo era incontrolável. Os recrutadores trabalhistas e seus agentes agiam como animais selvagens. Eles usavam a força bruta para obter mão de obra, caso contrário teriam falhado em sua missão em Camarões, isto é, explorar os recursos naturais e humanos. As relações sociais entre camaroneses e alemães eram precárias devido ao recrutamento brutal de mão de obra. Muitos ofereciam involuntariamente serviços às plantações comerciais como carregadores ou guardas, mas eram obrigados a fazê-lo. Devido à coação, várias resistências foram organizadas em diversas partes do país contra a administração alemã. O uso intencional da força, como discutido por Dewey (2016), teve um respaldo ideológico. Isto se deu devido ao sentimento de superioridade dos alemães em relação aos camaroneses. Havia também uma diferença real entre a ação potencial dos alemães em relação à conscrição de mão de obra e à realidade no campo. Foi uma experiência triste e apontou para o tratamento alemão do trabalho, real ou prático, em Camarões.

Relevância do estudo e incorporação do trabalho precoce

A relevância deste artigo hoje não pode ser subestimada. Em 2004, ano que coincidiu com o centenário do genocídio do povo Herero e Nama da Namíbia, orquestrado por administradores alemães, o interesse foi reacendido entre os namibianos para melhor elucidar as atrocidades alemãs no sudoeste da África (Perraudin e Zimmerer 2011, 1). O extermínio da prin-

4 No original: “the cause of the difference between the potential and the actual, between what could have been and what is” (Galtung 1969, 168).

cipal força de trabalho pelo exército colonial em 1904 criou uma escassez de mão de obra que durou anos, em detrimento do colonizador. Apesar das promessas feitas aos grupos Nama para provocar sua rendição, eles foram deportados para campos de concentração e recrutados para trabalhos forçados. Eles também estavam desnutridos, mal vestidos e mal acomodados. Como resultado, milhares de prisioneiros morreram por pura negligência ou pelo trabalho forçado (Kössler e Melber 2004, 23). A rememoração deste genocídio em 2004 questionou seriamente a política trabalhista colonial alemã não apenas na Namíbia, mas em suas outras possessões coloniais na África, nomeadamente Camarões Alemães, Tanganica e Togolândia. O tratamento desumanizante dos grupos étnicos Herero e Nama e a guerra de extermínio lançada sobre eles foi uma barbárie sem paralelo na política trabalhista colonial na África. Isso precisa ser reconhecido pelo governo alemão, o qual deve estar pronto para pagar reparações pela expiação de seus pecados nas possessões coloniais na África.

Além disso, tanto em Camarões como em Togolândia, oficiais coloniais alemães opuseram-se aos comerciantes cujos interesses eles presumivelmente representavam (Steinmetz 2008, 595). Isso é um paradoxo ao considerar o quão implacável o governador Jesko Von Puttkamer foi em busca da política trabalhista em Camarões. Ele literalmente transformou o país em uma empresa concessionária. Os togoleses de hoje estão cada vez mais conscientes do fato de que seus ancestrais foram deslocados à força de seus assentamentos originais para trabalhos forçados na construção de ferrovias, estradas, edifícios, cais, entre outros, essencialmente em benefício dos interesses econômicos coloniais alemães (Azamede n.d., 68). De fato, os principais instrumentos do colonialismo alemão foram o estupro, a ordem de extermínio, o trabalho forçado e o roubo de terras (Mushaandja n.d., 37), que diferiam de uma colônia para outra na África. Tudo isso aponta para o preço supremo que os povos indígenas de toda a África pagaram por resistir ao domínio colonial alemão. Essa crueldade ou barbárie de um povo sobre outro permanecerá para sempre na psique e na memória social de gerações ainda não nascidas. Por esta razão, há a necessidade de uma nova ordem mundial onde os muito fortes sejam impedidos de aniquilar os fracos e vulneráveis para fins egoístas.

A necessidade geral inicial de mão de obra em Camarões era para o trabalho nas plantações, transporte de mercadorias e para limpar a selva para as ferrovias. Em relação ao trabalho nas plantações, as autoridades alemãs foram favoráveis ao seu crescimento desde o início. Os governantes coloniais disponibilizavam terra e mão de obra para os fazendeiros por meio de mecanismos não-mercadoológicos às custas da competição africana (Clarence-Smith

1993, 188 e 190). Surgiu também uma competição muito acirrada por mão de obra entre fazendeiros e comerciantes alemães. Os serviços governamentais precisavam da mão de obra de mensageiros, de transportadores para expedições e de trabalhadores para canteiros de obra e ferrovias (Rudin 1938, 316-317; Tem 2018, 2). Havia uma necessidade cada vez maior de mão de obra para os latifúndios em Camarões, para extrair borracha silvestre, para transportar cargas, para construir ferrovias e para realizar uma série de tarefas associadas (Gann e Duignan 1977, 167). O estabelecimento de postos administrativos e centros comerciais também exigia mão de obra para trabalhar neles (Fonlon 1969, 33), o que geralmente era obtido pela força e não pelo livre arbítrio. Este era frequentemente o caso porque, a partir da ocupação alemã dos Camarões, o trabalho voluntário era numericamente insuficiente (Oyono 2013) para realizar o trabalho disponível.

Por volta de 1870, no período anterior à anexação de Camarões pela Alemanha em diante, o planalto ocidental (*Western Grassfields*) de Camarões, assim como outras áreas do interior, foi incorporado de modo crescente a uma divisão geográfica maior do trabalho. Isso se deveu ao avanço da fronteira comercial europeia para o interior do país. A importância econômica do planalto ocidental continuou após a anexação e administração alemã. Ele tornou-se uma fonte de trabalho séria, competitiva e permanente para as diversas atividades econômicas exercidas pela classe econômica alemã. Políticas de conscrição de mão de obra levaram a novos latifúndios na costa. Elas também substituíram a venda de escravos e minaram a posição preeminente das elites locais (Rowlands 1979, 4). Oficiais coloniais alemães conseguiram implantar uma economia de *plantation* altamente organizada que estava sob constante pressão para recrutar mão de obra da população mais densa do interior (Ardener 1962, 343) de forma voluntária, como trabalho penal reunido em expedições punitivas ou fornecido por chefes em contrato (Nkwi 1989, 17).

Nos primeiros anos da administração alemã em Douala, tal qual em outros lugares em Camarões, os trabalhadores vieram de diversos países africanos e, mais tarde, do interior de Camarões Alemães. Entre os países fornecedores estavam Nigéria, Serra Leoa, Daomé (atual Benin), Gana, Libéria (especialmente Krumen, Wey e Bassa) e Togo. Dentro de Camarões, a mão de obra veio de vários lugares que incluíam Ewondo-Beti, Bamileke, Hausa, Bakundu, Kribi e áreas de pastagens ocidentais e orientais (Schler 2005, 96; Ebune 2015, 112; Eckert 1998, 139; Okia 2014, 176; Ardener 1996, 162; Nkwi 1989, v; Nfi 2016, 2; Austen 1983, 16; Müllendorff 1902, 72). Alguns grupos étnicos como Bali, Bamum e Ewondo não entraram em confronto com proprietários de latifúndios e recrutadores porque colaboraram com eles para facilitar a conscrição de mão de obra (Richardson 1999, 146). Alguns deles

usaram a dispensa colonial para migrar de regiões densamente povoadas e menos desenvolvidos, como algumas regiões do planalto ocidental, para os latifúndios costeiros criados pelos alemães (Konings e Nyamnjoh 2003, 14). Outros vinham prestando serviços a empreendimentos agrícolas e comerciais de Douala antes do advento da colonização alemã (Eckert 1998, 139). Durante o período colonial, alguns deles eram estivadores, carregadores, trabalhadores braçais e funcionários públicos. Entre essas pessoas estavam aquelas trazidas para cidades como Douala na condição de prisioneiros, de soldados ou de mão de obra forçada (Schler 2005, 96).

Após a exploração do planalto ocidental em 1888-1889, Eugene Zintgraff relatou a abundância de mão de obra mais barata do que aquela recrutada em Monróvia ou Accra. Ele propôs o uso do trabalho penal para limpar e preparar as propriedades latifundiárias (Nkwi 1989, 13). Este relatório desencadeou o recrutamento de mão-de-obra no planalto ocidental, o que muitas vezes era um empreendimento muito arriscado (Richardson 1999, 144). O pacto de amizade com Fon Galega em 1891 fez com que o líder tradicional controlasse o planalto ocidental sob proteção alemã. Ele prometeu aos alemães que faria tudo ao seu alcance para fornecer às autoridades coloniais homens para os latifúndios (Njoh 2002, 411). Grupos étnicos derrotados eram obrigados a fornecer mão de obra ou recrutadores privados contratavam os chefes para fornecer trabalhadores por períodos específicos. Os chefes também coletavam impostos sobre o trabalho e os mobilizavam para atividades comunais (Eyong 2007, 55). A consequência mais ampla de tudo isso foi o destronamento, a prisão ou a morte por execução (Ardener 1996, 162; Nana 2016, 173 e 191). Apesar deste pacto, Fon Galega logo começou a queixar-se regularmente de mortalidade excessiva nas plantações e, de tempos em tempos, cortava o fornecimento de mão de obra em resposta a isso. Os missionários descreveram isso como escravidão disfarçada que promovia a invasão e o comércio de escravos (Clarence-Smith 1993, 200).

A administração colonial alemã também enfrentou a competição por mão de obra entre fazendeiros e comerciantes que precisavam dela para extrair a borracha silvestre. Os fazendeiros e comerciantes estavam em uma competição acirrada e mortal por mão de obra do interior. Os comerciantes precisavam de carregadores e, sem mão de obra, seria uma tarefa árdua fornecer mercadorias do litoral para o interior com uma comunicação bastante deficitária entre as regiões. O que havia disponível na maior parte do interior eram principalmente trilhas. Só em 1913, mais de 80.000 carregadores, incluindo homens, mulheres e crianças, eram pagos por comerciantes que transportavam borracha entre Kribi e Yaounde (Rudin 1938, 316; Epale 1985, 50). Alguns carregadores ameaçavam habitantes de territórios por

onde passavam, fazendo com que muitos deles fugissem para países vizinhos. Eles frequentemente recrutavam involuntariamente ou molestavam a população. Foi preciso que a administração colonial alemã restringisse a saída da população para esses países (Epale 1985, 50). Quando a situação se tornou mais precária, em 1913, o recrutamento privado de mão de obra foi interrompido pelo governo, que assumiu a responsabilidade de regular esse setor. No entanto, inadimplentes ainda eram usados por empregadores privados (Ardener 1996, 162) mesmo com a regulamentação governamental. Também é interessante notar que, mesmo quando o governo começou a regular a contratação de mão de obra em 1913, os Bakairi, por exemplo, ainda estavam sendo submetidos a trabalho forçado sistemático em propriedades (Clarence-Smith 1993, 209).

Desafios trabalhistas, coerção e violência

Desde o início da administração alemã em Camarões, havia o desafio de arrecadar dinheiro suficiente para administração, obras públicas e mão de obra suficiente nos latifúndios (Ngam 2017, 2). Isso foi agravado pela resistência aos esforços alemães para recrutar mão de obra de diferentes grupos étnicos. Vários desses grupos étnicos no planalto ocidental não podiam perdoar os alemães pela implacável repressão dessas resistências. Os fazendeiros alemães nunca cederam ao recrutamento de mão de obra resiliente, fiel e leal (Ibid., 5). O povo Beti resistiu desde o primeiro encontro com os alemães em 1887. Eles fizeram isso recuando para a floresta enquanto os grupos de recrutadores de trabalho se aproximavam de sua área (Quinn 1973, 722). Outros, como o povo Fang, apoiaram os alemães. Por exemplo, durante uma expedição ao interior em 1889, o Capitão Kund foi acompanhado por carregadores Fang ("The Cameroon District..." 1889, 211), sem os quais esta expedição teria encontrado muitas dificuldades.

De 1906 a 1914, os camaroneses criaram formas passivas e ativas de resistência à expropriação de terras por parte dos alemães, à imposição do trabalho forçado em empresas alemãs ou na administração colonial, ao recrutamento de mão de obra não remunerada em projetos de estradas e pontes e à cobrança de impostos. Sempre que determinada população descobria a existência de um grupo de recrutamento em sua área, todos os homens aptos deixavam a aldeia em rejeição ao recrutamento. Em muitos casos, as pessoas abandonavam suas aldeias e escapavam do pagamento de impostos e do trabalho forçado. Elas fixaram residência em florestas tropicais ou fugiram para o território vizinho britânico ou francês da Nigéria ou para outros países da

África Equatorial Francesa. Tudo isso em uma tentativa de evitar um possível recrutamento para trabalhar no transporte de várias empresas e negócios alemães (Stoecker 1986, 169-170). Alguns recrutadores de mão de obra infiltravam-se com seguidores disfarçados de soldados, os quais subornavam os chefes locais na forma de dinheiro ou álcool. Os métodos de recrutamento usados deram origem a episódios de violência, especialmente nos bairros de Yaounde e Ossidinge, na atual área de Mamfe. Em 1900 e 1907, recrutadores de mão de obra foram assassinados (Clarence-Smith 1993, 201), mostrando o desafio que muitos desses recrutadores enfrentaram por ousar conseguir mão de obra à força para os interesses econômicos alemães em Camarões.

A coerção e a violência foram usadas para recrutar trabalhadores em latifúndios alemães em Camarões, assim como em outros lugares na África. Os africanos eram considerados animais a serem usados para o trabalho e abatidos como cães loucos se ousassem afirmar seu status de homem ou mulher. Uma imagem gráfica tão repugnante foi capturada no editorial do *The African Telegraph* e do *Gold Coast Mirror* de dezembro de 2014 (Njung 2016, 146). O governador Jesko von Puttkamer, um fervoroso defensor do trabalho forçado, apoiou esse tratamento desumano do trabalho (Clarence-Smith 1993, 192). Tornou-se governador em 1895 e permaneceu nesta posição por onze anos como autocrata. Alegou-se que ele tinha uma participação financeira pessoal em empresas de *plantation*, a qual nunca foi comprovada (Ibid., 192, 196-197). Sob seu longo período de governo em Camarões, Jesko von Puttkamer ordenou que soldados atacassem e capturassem pessoas para serviços coloniais. Os homens capturados eram submetidos a trabalhos forçados, enquanto as mulheres eram mantidas para o prazer de europeus e soldados (Gwanfogbe 1995, 72). Ainda sob sua administração, os camaroneses foram submetidos a provocações e a todo tipo de humilhação. Eles foram açoitados, condicionados ao trabalho forçado, pagaram impostos e foram submetidos a outros males sociais (Ngam 2017, 6). Alguns soldados enviados para o interior pela administração colonial receberam ordens de recrutar mão de obra para realizar tarefas nos latifúndios (Gwanfogbe 1995, 183). Os ataques punitivos alemães e a derrota dos Nso no planalto ocidental de Bamenda entre abril e junho de 1906 levaram ao estabelecimento de uma patrulha em Kumbo, a qual foi encarregada de supervisionar o trabalho forçado na estrada que ligava Bamenda e Banyo (Chilver e Kaberry 1960, 8).

O governador Puttkamer promoveu empreendimentos concessionários em Camarões, fez uso de mão de obra penal para esse fim e se indignou com a atitude de alguns chefes locais. Em 1894, cerca de metade dos trabalhadores do latifúndio da *Kamerun Land und Plantagen Gesellschaft* (KLPG) eram trabalhadores penais de Ewondo. Centenas de pessoas de grupos étnicos

rebeldes, incluindo mulheres e crianças, foram punidas através do trabalho forçado nas plantações. Em um caso, trabalhadores Bulu foram enviados para trabalhar desse modo por seis anos sem remuneração. De modo geral, trabalhadores penais recebiam algo muito abaixo do salário padrão para pessoas regularmente recrutadas (Clarence-Smith 1993, 200-201). Puttkamer também argumentou que os chefes estavam relutantes em enviar seus melhores homens para o trabalho sob empregadores europeus. Eles despachariam os mais fracos que encontrassem (Gann e Duignan 1977, 169), demonstrando uma espécie de rebelião contra o empreendimento econômico alemão. Sua companhia de *plantation* favorita, onde, contestadamente, também era acionista, a *Westafrikanische Pflanzungsgesellschaft Victoria* ou a *West African Plantation Company* (WAPV) apoderou-se abusivamente de terras e submeteu pessoas ao trabalho forçado com grande crueldade. Algumas pessoas que perderam suas terras para ela foram deslocadas a reservas em total desrespeito à sua liberdade de escolha (Stearns 2008, 135). O sistema alemão de trabalho forçado, como era geralmente aplicado em Camarões, era feito para serviços de mão de obra barata (“Notes on the Cameroons...” 1916, 403-406). A pressão constante sobre o governo colonial para recrutar mão de obra de áreas densamente povoadas levou a convulsões sociais durante todo o período da administração alemã em Camarões (Ardener 1962, 343). A maneira pela qual a mão de obra foi recrutada e transportada do planalto ocidental, por exemplo, provocou perplexidade (Ngam 2017, 10).

Chefaturas que não resistiram ao ataque alemão durante as guerras de resistência foram forçados a serem colaboradoras leais. Não havia outra opção a não ser fazê-lo. Várias foram mais ou menos coagidas a assinar tratados de amizade e juraram cobrar impostos para os alemães, auxiliar na coordenação das atividades públicas e recrutar mão de obra para os fazendeiros (Ibid., 4). Outras não resistiram abertamente à cruel política trabalhista alemã. Em vez disso, elas entraram em uma entente e prometeram fornecer mão de obra mesmo de chefaturas vizinhas. Com a proibição oficial da escravidão, os alemães negociaram habilmente com o Fon de Bali em 1891 por um fornecimento constante de mão de obra. Isso permitiu que os homens livres de Bali levassem consigo escravos domésticos ou comprados para as plantações. Em troca, o Fon de Bali recebia parte dos salários dos trabalhadores. Ele também recebeu presentes, armas de fogo e manteve uma aliança com os alemães para reprimir seus rivais no planalto ocidental. Esse arranjo foi bastante errático a partir de 1897 e beneficiou a WAPV (Clarence-Smith 1993, 200) mais do que o Fon ou seus homens livres.

Por meio do tratado assinado pelo Fon Galega I de Bali com os alemães, esperava-se que ele extorquisse pedágios e impostos de seus vizinhos Widekum. Ele também serviu como um grande recrutador de mão de obra

para os alemães, usando todos os tipos de meios não ortodoxos. Devido à sua colaboração inabalável, o Dr. Max Esser da WAPV assinou um acordo com o Fon em 1896, através do qual recebeu 100 homens de Bali para as plantações. Estes chegaram à costa em julho do ano seguinte (Epale 1985, 48-49). Os Bali garantiram que houvesse um fornecimento constante de mão de obra de diversas chefaturas do planalto ocidental, que ficaram sob o controle do Fon Galega. Eles deveriam realizar tarefas nos latifúndios alemães, além de trabalhos e serviços governamentais (Niba 1995, 65). Isso colocou Bali em uma posição privilegiada em relação a outras chefaturas do planalto ocidental durante a era da administração alemã.

Exemplos de empresas e latifúndios que abusaram da mão de obra durante o recrutamento e durante o trabalho nessas empresas são abundantes. A *Gesellschaft Sud Kamerun*, por exemplo, usou salários e forças para reunir seus trabalhadores. Com a permissão do governo, quando outros métodos de recrutamento não funcionavam, o trabalho nos latifúndios servia como penalidade e as pessoas eram enviadas para cumprir pena de prisão. De fato, aqueles que foram condenados a cumprir penas de prisão por crimes e contravenções foram enviados para trabalhar nos latifúndios por esses crimes (Richardson 1999; Rudin 1938, 320; Schaper 2009, 24). Devido à grande necessidade de mão de obra nos latifúndios, os fazendeiros aconselharam o governo a obter mão de obra do interior de Camarões e fazer com que os trabalhadores assinassem contratos de três ou cinco anos (Rudin 1938, 320).

O tratamento brutal alemão do trabalho atingiu um ápice durante o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Por volta dessa época, os alemães faziam incursões por trabalhadores e carregadores para servir seus interesses regularmente. Os Fons também foram obrigados a fornecer homens para diferentes serviços de trabalho e transporte. Isso os tornou impopulares entre seu povo (Ngam 2017, 9). O governo havia assumido o controle do recrutamento de mão de obra em 1913, com o entendimento de que seria melhor para a maioria do povo, mas esse não foi o resultado. Os abusos sobre o trabalho ainda continuaram. As demandas por mão de obra aumentaram porque era necessária não apenas para o trabalho nos latifúndios, mas também para o trabalho do governo, em estradas, por exemplo. Os homens ainda eram obtidos à força, mas eram usados para uma variedade de tarefas (Richardson 1999, 146). A extradição pelo governo, embora onerosa, deixou de ser arbitrária e foi estritamente regulamentada, de modo que os africanos finalmente passaram a ser vistos como homens econômicos e não como meros selvagens (Gann e Duignan 1977, 170). Houve consequências desse uso imprudente da coerção e da violência por diferentes atores nos interesses econômicos alemães em Camarões.

Consequências

As consequências da coerção e da violência da conscrição de mão de obra pela Alemanha estavam afetando o tecido sociocultural e econômico da sociedade camaronesa. Os Bakweri, por exemplo, depois que os alemães os subjugaram, em 1894, foram forçados a viver em aldeias densamente povoadas, onde uma multa enorme foi imposta, que incluía trabalho escravo na construção da estação do governo em Buea, com vista para a cidade de mesmo nome e para os vilarejos de *Small Soppo* e *Great Soppo* (Njoh 2002, 408; Ardener 1996, 116). A coação dos Bakweri ao trabalho manual após sua derrota levou a uma maior resistência pelo fato de ter ocorrido em suas próprias terras desapropriadas. O povo Bakweri não estava disposto a trabalhar para os latifúndios alemães e estes buscavam o trabalho que havia sido rejeitado pelos Bakweri em outros lugares.

A chegada e aceitação de mão de obra de outros lugares para fazer o trabalho rejeitado pelos Bakweri levou a uma relação de amor e ódio entre estes e os outros grupos étnicos, os quais foram acusados de colaboração com seus opressores, os alemães (Dibussi n.d., 5-6). A resistência dos Bakweri ao trabalho forçado capitulou porque, seguindo os termos de paz que concluíram a guerra em 1894, o povo concordou em colocar à disposição do Oficial Distrital em Victoria 400 trabalhadores em qualquer momento por um salário mensal de 7 marcos e livre manutenção (Ardener 1996, 115). Para dizer o mínimo, os Bakweri trabalhavam nos latifúndios sob condições de trabalho forçado (Ibid., 150), assim como outros grupos étnicos, mas seu número não era suficiente para atender a toda demanda. Ainda em 1913, eles continuavam sendo submetidos ao trabalho forçado sistemático para as fazendas. A população do país estava sendo objeto de séria competição pelas necessidades de trabalho em latifúndios, na produção camponesa de colheitas comerciais, na coleta de borracha silvestre, no transporte e na construção de ferrovias (Clarence-Smith 1993, 209).

A mão de obra de diferentes grupos étnicos, frequentemente recrutada à força no interior de Camarões, não podia receber o salário que poderia reproduzir sua força de trabalho. H. Winkler, um estudioso alemão, captou esse cenário e outros problemas relacionados ao trabalho sob o domínio alemão em Camarões com as seguintes palavras: “Salários de fome, jornadas excessivamente longas, desnutrição, abrigo precário, trabalho feminino e infantil, ruptura da vida familiar, morte prematura, açoites e correntes – esse foi o destino dos trabalhadores em Camarões” (Stoecker 1986, 168,

tradução nossa)⁵. Pelas observações de Winkler, aqueles recrutados à força recebiam salários que eram suficientes apenas para matá-los de fome. As longas horas de trabalho nunca eram devidamente remuneradas e as pessoas não conseguiam se alimentar bem, o que explica a morte precoce. As taxas de mortalidade nas plantações atingiram novos patamares. Em 1913, por exemplo, um médico exigiu que o recrutamento fosse suspenso após dois terríveis casos de mortalidade nas plantações, um de 30,5% em sete meses e o outro de 20,6% em três meses (Clarence-Smith 1993, 210). O abrigo fornecido para o trabalho nos latifúndios era precário. Mulheres e crianças eram exploradas e quando um homem era recrutado para trabalhar por um período determinado, era separado de sua família, o que explica a ruptura da vida familiar. Adicionado a tais problemas, havia a flagelação do trabalho por pequenos delitos cometidos.

Outros grupos étnicos não suportaram a atitude alemã em relação ao trabalho e pagaram caro por isso. Os Maka, por exemplo, foram forçados a trabalhar para estações do governo e foram continuamente expostos a crimes cometidos por comerciantes itinerantes. Incapazes de suportar a exploração de seus serviços trabalhistas, eles se rebelaram contra os alemães por desumaniza-los. Este foi o resultado das consultas entre todos os chefes, os quais queriam desesperadamente evitar que seus algozes os atormentassem persistentemente (Stoecker 1986, 170). Ocorriam, contudo, açoitamentos arbitrários infligidos a diversas populações indígenas por ordem de oficiais do governo, oficiais do exército e empregadores, que não foram registradas e que eram uma característica comum da vida cotidiana em Camarões (Ibid). Não era, portanto, surpreendente que houvesse resistências em várias instâncias de diferentes grupos étnicos.

Devido à notoriedade dos latifúndios alemães, os africanos os consideravam uma nova forma de escravidão e neles os trabalhadores morriam como moscas (Eckert 1998, 139; Rudin 1938, 317). Para dizer o mínimo, as condições de trabalho nas plantações comerciais estabelecidas pelos alemães, como vistas pela população indígena, estavam próximas da escravidão (Epale 1985, 47-48). O uso da força foi a arma para obter mão de obra para os latifúndios costeiros e muitos morreram lá. Seus empregadores não ajudavam em nada, vide seu tratamento geral severo do trabalho (Ibid., 50-51). Outros enfrentaram condições de trabalho deploráveis e voltaram para casa após o término de seus contratos, enquanto outros fugiram das plantações que mais demandavam deles (Rudin 1938, 317).

5 No original: "Starvation wages, excessively long hours, malnutrition, poor shelter, female and child labour, the breakdown of family life, an early death, floggings and chains – such was the fate of the workers in Cameroon" (Stoecker 1986, 168).

Os métodos desonestos usados pelos recrutadores de trabalho junto de colaboradores para conseguir mão de obra para os latifúndios muitas vezes levava à morte de alguns deles e os trabalhadores obstinados eram submetidos a várias formas de punição. Vários recrutadores de mão de obra não retornavam de suas viagens de recrutamento. O recrutamento privado em geral criou muitos problemas entre os recrutadores e as populações indígenas de onde a mão-de-obra era obtida, ao mesmo tempo que recrutadores privados continuaram a receber apoio de redes administrativas mais eficazes, mesmo quando essa prática foi regulamentada pelo governo (Clarence-Smith 1993, 209). Colaboradores como Bali foram acusados de estarem diretamente envolvidos no fornecimento de trabalho forçado de seus vizinhos para trabalhar nos latifúndios alemães (Page et al. 2010, 353). Em 1907, um europeu foi morto porque mantinha algumas mulheres em cativeiro com a condição de que seus homens aparecessem para recrutamento (Rudin 1938, 325). Incapaz de suportar mais, o governo alemão assumiu a responsabilidade de regular o recrutamento de mão de obra, o qual tornou-se então uma questão pública e não mais privada em 1913. O dano havia sido feito, porque isso estava ocorrendo apenas no final da administração alemã de Camarões. A política do governo propunha que aqueles que quisessem recrutar trabalhadores pagassem um custo de recrutamento antes que pudessem efetivar a prática (Richardson 1999, 144). Os trabalhadores que foram multados ou que cometeram qualquer outra infração sofreram deduções de seu salário (Ibid., 149), o qual já não era suficiente.

A população rebelde local foi punida com expedições militares, tais como a da estação de Bamenda, no planalto ocidental, que durou quinze anos. Essas expedições visavam punir grupos étnicos que se recusavam a fornecer mão de obra, responsáveis também por emboscar patrulhas e matar soldados, ou que não aceitavam reconhecer a suserania alemã em sua área. Em duas expedições montadas pelas forças alemãs contra os Bafut, mais de 1.062 pessoas morreram e 600 delas foram feitas prisioneiras ou foram recrutadas como trabalho penal (Nkwi 1989, 17). Através da conscrição de mão de obra, os homens não tinham outra esperança senão migrar para a costa sem suas esposas ou famílias. A situação se deteriorou quando eles foram coagidos a passar longos períodos longe dessas famílias (Njoh 2002, 411). Isso teve um impacto na unidade familiar e na prestação de cuidados aos membros mais velhos da família. O uso geral de trabalho forçado pelos alemães em seus empreendimentos econômicos em Camarões foi fortemente ressentido pela população local em todo o território, mas sem sucesso em provocar mudanças (Ngho 1979).

O tratamento brutal do trabalho alemão estimulou a fuga dos latifúndios, provocou a busca pela proteção dos missionários e criou a insegurança geral. A Missão Basel (*Basel Mission*) foi particularmente vocal sobre o tratamento do trabalho nos latifúndios alemães e sobre as medidas repressivas em Buea, que levaram ao uso generalizado de trabalho forçado. A Missão, em diversas ocasiões, interveio em nome dos camaroneses contra os excessos de agentes coloniais e recrutadores de mão de obra (Gwanfogbe 1995, 63) e argumentou que as concessões latifundiárias consideravam a população local como sua fonte privada de trabalho (Ardener 1996, 162). Os missionários lutaram muito pelo tratamento humano do trabalho. As empresas comerciais costeiras de propriedade privada com plantações no interior também se opunham ao trabalho forçado. Isso não se deveu a qualquer preocupação genuína com as condições de trabalho, mas porque o não recrutamento funcionava em seu próprio benefício e em detrimento dos fazendeiros que possuíam latifúndios ao longo da costa (Richardson 1999, 147-148). Também é importante notar que os missionários fizeram a população local acreditar que trabalho e adoração religiosa andavam juntos (Rudin 1938, 318). Devido ao recrutamento ocasional do governo, alunos de escola eram forçados a trabalhar para o regime ou para as plantações alemãs, ou obrigados a trabalhar como carregadores para comerciantes alemães no interior (Gwanfogbe 1995, 54).

As condições de vida nas acomodações dos latifúndios, bem como o clima quente da região litorânea onde se localizava a maior parte destes, afetaram negativamente os trabalhadores recrutados das terras altas, cujo clima é mais frio. Enquanto um bom número deles faleceu, muitos outros nunca retornaram às suas aldeias por motivos diversos (Ibid., 183), provavelmente porque foram destribalizados e se casaram com mulheres de outras etnias, especialmente as da região litorânea, tais como Duala, Bakoko, Balong, Mungo, Bassa e Bakweri. Devido à alta taxa de mortalidade nos latifúndios em decorrência do clima insalubre, o governo aprovou em 1896 um decreto estipulando o fim de punições privadas aos trabalhadores. O governo também exigia assistência médica para todos os trabalhadores, o que se mostrou caro para os fazendeiros no território (Bederman 1966, 354). O pagamento do trabalho era pobre e o tratamento recebido era ruim. As execuções alemãs às vezes eram acompanhadas de crueldade, que muitas vezes levava a uma resistência generalizada. Por exemplo, entre 1904 e 1907 houve resistência armada em muitas partes do sul de Camarões (Gann e Duignan 1977, 168), todas em resposta ao tratamento brutal do povo pelos alemães. Em geral, as plantações aplicaram métodos brutais e ineficazes de aquisição e gestão de mão de obra. Milhares de trabalhadores pagaram por esse erro arrogante com suas vidas (Clarence-Smith 1993, 188).

Conclusões

Neste artigo, situamos o país em estudo e apresentamos a política geral alemã em suas possessões coloniais na África, que incluíam Camarões, África Oriental Alemã, Sudoeste Africano Alemão e Togolândia. A utilização da mão de obra para diversas atividades econômicas fazia parte da política econômica alemã nessas colônias. A mão de obra era usada tanto pelo governo quanto pelos serviços privados e muitas vezes havia competição por ela entre diferentes atores, como fazendeiros e comerciantes.

Também examinamos as primeiras tentativas de abrir o interior do território para a economia mundial global e isso não poderia ter sido possível sem o papel crucial do trabalho de carregadores, trabalhadores ferroviários e rodoviários, entre outros. Foi no contexto da importância do trabalho para a empresa colonial alemã que este estudo se tornou relevante. A fim de perceber ou pintar um retrato da conscrição de mão de obra pelos alemães ou apresentar uma generalização, houve a necessidade de rever o conceito de violência como examinado em ambientes acadêmicos ou por alguns estudiosos e contextualizá-lo dentro do período colonial alemão em Camarões como em outros lugares na África.

Este artigo também examinou os desafios de obter mão de obra para os vários grupos de interesse econômico em Camarões. Houve o uso de coerção e violência com alguns líderes tradicionais atuando como facilitadores. Isso foi especialmente verdade para aqueles que foram recrutados para trabalhar nas plantações comerciais alemãs estabelecidas ao longo do cinturão costeiro de Camarões. A última parte do artigo fez uma análise sobre as consequências da conscrição de mão de obra. Há, portanto, a necessidade de tirar lições disso em favor de uma melhor política trabalhista que honre ao invés de depreciar o trabalho.

Referências

- Abbink, Jon. 1998. "Ritual and Political Forms of Violent Practice among the Suri of Southern Ethiopia." *Cahiers d'études africaines* 38, no. 150-152: 271-295.
- Amenumey, D. E. K. 1969. "The Pre-1947 Background to the Ewe Unification Question: A Preliminary Sketch." *Transactions of the Historical Society of Ghana* 10: 65-85.
- Ardener, Edwin. 1962. "The Political History of Cameroon." *The World Today* 18, no. 8: 341-350.
- Ardener, Shirley Ed. 1996. *Kingdom on Mount Cameroon: Studies in the History of the Cameroon Coast 1500-1970*. Oxford: Berghahn Books.
- Austen, Ralph A. 1983. "The Metamorphoses of Middlemen: The Duala, Europeans and the Cameroon Hinterland, ca. 1800 - ca. 1960." *The International Journal of African Historical Studies* 16, no. 1: 1-24.
- Azamede, Kokou. N. d. "Cultural Productions with reference to German Colonial History in Togo: Overview and Perspective", n.p., 63-70. Goethe-Instituts in Sub-Saharan Africa.
- Bederman, S. H. 1966. "Plantation Agriculture in Victoria Division, West Cameroon: An Historical Introduction." *Geography* 51, no. 4: 349-360.
- Cana, Frank R. 1915. "German Aims in Africa." *Journal of the Royal African Society* 14, no. 56: 355-365.
- Charteris, A. H. 1937. "The German Colonial Claim: Historical Background." *The Australian Quarterly* 9, no. 2: 5-22.
- Clarence-Smith, William Gervase. 1993. "Plantation versus Smallholder Production of Cocoa: The Legacy of the German Period in Cameroon." In *Pathways to Accumulation in Cameroon*, organizado por Peter Geschiere and Piet Konings, 187-216. Paris: Karthala.
- Chilver, E. M., e P. M. Kaberry. 1960. "From Tribute to Tax in a Tikar Fandom." *Africa: Journal of the International Africa Institute* 30, no. 1: 1-19.
- Dewey, J. 2016. *Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education*. New York: Free Press.
- Dibussi, Tande. N.d. "Bakweri Armed Resistance to German Colonialism, 1891-1894". <http://www.blccarchives.org/>.
- Ebune, Joseph B. 2015. "Colonial Rule and Bakundu Traditional Authority." *International Journal of History and Cultural Studies* 1, no. 2: 10-16.
- Eckert, Andreas. 1998. "Slavery in Colonial Cameroon, 1880s to 1930s." *Slavery and Abolition* 19, no. 2: 133-148.

- Epale, Simon Joseph. 1985. *Plantations and Development in Western Cameroon, 1885-1975: A Study in Agrarian Capitalism*. New York: Vintage Press.
- Eyong, Evelyn Manyi. 2007. "Local Governments and Rural Development: A Case Study of Buea in Cameroon." MA Thesis, University of Oslo.
- Fanso, V. G. 2017. *Cameroon History for Secondary Schools and Colleges: From Prehistoric Times to the Twenty-First Century*. Kumbo: Team Work Press.
- Fonlon, Bernard. 1969. "The Language Problem in Cameroon (An Historical Perspective)." *Comparative Education* 5, no. 1: 25-49.
- Galtung, G. 1969. "Violence, Peace and Peace Research." *Journal of Peace Research* 6, no. 3: 167-191.
- Gann, L.H. e Peter Duignan. 1977. *The Rulers of German Africa, 1884-1914*. Stanford: Stanford University Press.
- Gray, Albert. 1919. "The German Colonies of Africa." *Journal of Comparative Legislation and International Law Third Series* 1, no. 1: 25-35.
- Gwanfogbe, Mathew Basung. 1995. "Changing Regimes and the Development of Education in Cameroon 1886-1966: With Special Reference to the Basel Mission." PhD Thesis, University of London Institute of Education.
- Stoecker, Helmuth. 1986. "Colonial Rule after the Defeat of the Uprisings: Cameroon 1906-1914." In *German Imperialism in Africa*, organizado por Helmuth Stoecker, translated by Bernd Zöllner, 161-173. Berlin: Akademie-Verlag.
- Itandala, Buluda. 1992. "African Response to German Colonialism in East Africa: The Case of Usukuma, 1890-1918." *Ufahamu: A Journal of African Studies* 20, no. 1: 3-29.
- Konings, Piet e Francis B. Nyamnjoh. 2003. *Negotiating an Anglophone Identity: A Study of the Politics of Recognition and Representation in Cameroon*. Leiden: Brill.
- Kössler, Reinhart e Henning Melber. 2004. "The Colonial Genocide in Namibia: Consequences for a Memory Culture Today from a German Perspective." *Ufahamu: A Journal of African Studies* 30, no. 2-3: 17-31.
- Laumann, Denis. 2003. "A Historiography of German Togoland, or the Rise and Fall of "a Model Colony." *History in Africa* 30: 195-211.
- Malesevic, S. 2015. "Human Brutality." *Common Knowledge* 21.
- Müllendorff, P. 1902. "The Development of German West Africa (Kamerun) Delivered at the Ordinary General Meeting of the African Society on October 28th 1902." *Journal of the Royal African Society* 2, no. 5: 70-92.

- Mushaandja, Mashilongweshipwe. N. d. "Critical Reflections on Cultural Productions Regarding German Colonialism in and around Namibia." In *German Colonial Heritage in Africa – Artistic and Cultural Perspectives*, 35-46. Goethe Instituts in Sub-Saharan Africa.
- Nana, Genevoix. 2016. "Language Ideology and the Colonial Legacy in Cameroon Schools: A Historical Perspective." *Journal of Education and Training Studies* 4, no. 4: 168-196.
- Nfi, Joseph L. 2016. "Bamileke Immigrants, Commercial Farming and Land Disputes in Kumba Division, British Southern Cameroons." *American Journal of Social Sciences, Arts and Literature* 3, no. 1: 1-11.
- Ngam, Confidence Chia. 2017. "The Travails of Bamenda Grassfields Homemade Soldiers in the World War I in Cameroon: Scenes of Disappointments versus Passions of Fulfilment." *Afro-Asian Journal of Social Sciences* 8, no. 2: 1-19.
- Ngoh, Victor Julius. 1979. "The Political Evolution of Cameroon, 1884-1961." MA Thesis, Portland State University.
- Niba, Mathias L. 1995. "Bafut under Colonial Administration 1900-1949." *Paideuma* 41: 63-72.
- Njoh, Ambe J. 2002. "Development Implications of Colonial Land and Human Settlement Schemes in Cameroon." *Habitat International* 26: 399-415.
- Njung, George Ndakwena. 2016. "Soldiers of their Own: Honour, Violence, Resistance and Conscription in Colonial Cameroon during the First World War." PhD Thesis, University of Michigan.
- Nkwi, Paul Nchoji. 1989. *The German Presence in the Western Grassfields 1891-1913: A German Colonial Account*. Research Report No. 37. Leiden: African Studies Centre.
- "Notes on the Cameroons: By a Member of the West African Expeditionary Force". 1916. *The Geographical Journal* 48, no. 5: 403-406.
- Okia, Timothy Musima. 2014. "Social Development in Bakundu during German Colonial Rule in Cameroon, 1884-1914." *Przegląd Zachodni* 1: 173-188.
- Oyono, Phil Rene. 2013. "The Narratives of Capitalist Land Accumulation and Recognition in Coastal Cameroon." *LDPI Working Paper* 29. www.iss.nl.ldpi.
- Page, Ben, Martin Evans e Claire Mercer, 2010. "Revisiting the Politics of Belonging in Cameroon." *Africa* 80, no. 3: 345-370.

- Perraudin, Michael e Jurgen Zimmerer. 2011. "Introduction: German Colonialism and National Identity." In *German Colonialism and National Identity*, organizado por Michael Perraudin e Jurgen Zimmerer, 1-6. New York: Routledge.
- Quinn, Frederick. 1973. "An African Reaction to World War I: The Beti of Cameroon." *Cahiers d'études africaines* 13, no. 52: 722-731.
- Richardson, Marjorie Linda. 1999. "From German Kamerun to British Cameroon, 1884-1961 with Special Reference to the Plantations." PhD Thesis, University of California Los Angeles.
- Rowlands, M. J. 1979. "Local and Long Distance Trade and Incipient State Formation on the Bamenda Plateau in the Late 19th Century." *Paideuma* 25: 1-19.
- Rudin, Harry R. 1938. *Germans in the Cameroons, 1884-1914: A Case Study in Modern Imperialism*. New Haven: Yale University Press.
- Schaper, Ulrike. 2009. "Law and Colonial Order: Legal Policy in German Cameroon between Civilising and Public Peace." *Comparativ* 19: 17-33.
- Schler, Lynn. 2005. "History, the Nation-State, and Alternative Narratives: An Example from Colonial Douala" *African Studies Review* 48, no. 1: 89-108.
- Stearns, Peter N. 2008. *The Oxford Encyclopedia of the Modern World Vol 3*. Oxford: Oxford University Press.
- Steinmetz, George. 2008. "The Colonial State as a Social Field: Ethnographic Capital and Native Policy in the German Overseas Empire before 1914." *American Sociological Review* 73: 589-612.
- Sunseri, Thaddeus. 2001. "The Baumwollfrage: Cotton Colonialism in German East Africa." *Central European History* 34, no. 1: 31-51.
- . 2003. "Reinterpreting a Colonial Rebellion: Forestry and Social Control in German East Africa, 1874-1915." *Environmental History* 8, no. 3: 430-451.
- Tem, Protus Mbeum. 2018. "Untrained Personnel as Local Government Managers, Surviving Strategies and Impact on Service Delivery in Africa in the Early Years of Independence: A Historical Appraisal of the State of Affairs in West Cameroon." *The Clarion: International Multidisciplinary Journal* 7, no. 1: 1-9.
- "The Cameroon District of West Africa". 1889. *Science* 4, 347.

RESUMO

Investigamos a preferência alemã de coerção e violência no recrutamento de mão de obra em Camarões. A colonização de Camarões foi facilitada por duas firmas comerciais alemãs e as motivações econômicas foram centrais nesse esquema. O estabelecimento de vários latifúndios desencadeou uma necessidade premente de mão-de-obra extra do interior do país para fins econômicos e administrativos. Sua escassez nas imediações ocasionou o abastecimento de outras áreas e foi facilitado por chefes locais e recrutadores de mão de obra. Os chefes assinaram contratos de trabalho sem o consentimento dos recrutas. Alguns construíram ou realizaram manutenção de estradas e morreram no processo. Este artigo discute essas questões por meio de uma análise de conteúdo da literatura acessível.

PALAVRAS-CHAVE:

Coerção. Violência. Conscrição. Alemanha. Camarões. Colonização.

Recebido em 2 de julho de 2022

Aceito em 29 de julho de 2022

Traduzido por Vinícius Baldissera